

04/01/2019

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei de Proteção às Vítimas e Testemunhas – Parte 2

Resumo

Com relação às pessoas que estão excluídas da proteção da lei 9807/99, não significa que elas não serão protegidas pelo poder público.

A lei traz 3 situações em que a vítima ou testemunha tenha que dar a anuência no Programa:

- Para ingresso no programa
- Para restrições de segurança
- Para demais medidas adotadas

Com essa anuência a vítima ou testemunha fica obrigada a cumprir, sobre pena de ser excluído do programa. Essas medidas serão mantidas em sigilo tanto pela pessoa que esta sendo protegido quanto, pelos agentes que estão protegendo.

Esse programa ele é precedido de consulta ao Ministério Público, para ingresso ou exclusão desse pela pessoa, cada programa terá um conselho deliberativo e individualizado, ele é formado por representantes do Ministério Público, do poder Judiciário e dos órgãos públicos e privados relacionados com segurança pública em defesa dos direitos humanos.

E apenas 1 (um), desses representantes vai ser escolhido com o órgão executor, esse conselho deliberativo, serve para decidir ingresso ou exclusão do programa e também para fixar as providências necessárias, ao bom e fiel cumprimento do programa.

As decisões do conselho deliberativo são tomadas por maioria absoluta e dependem de disponibilidade orçamentária.

Requisitos para o ingresso no programa:

- Observar a gravidade dos fatos
- A dificuldade para prevenir ou reprimir aquela ameaça
- A importância do protegido no processo
- A anuência do protegido ou de seu representante legal

Exercícios

1) Em relação à Lei sobre Programas Especiais de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Lei nº 9.807/99), assinale a alternativa incorreta

- A)** A solicitação objetivando o ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor pelo próprio interessado.
- B)** A medida de proteção poderá ser estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha.
- C)** O ingresso e as restrições de segurança e demais medidas protetivas adotadas pelo programa dispensam a anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal.
- D)** Toda admissão ou exclusão do programa será precedida de consulta ao Ministério Público e posteriormente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.
- E)** A solicitação objetivando o ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor por entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

2) Defensoria Pública do Estado de Sergipe - SE (DPE/SE) 2006

Cargo: Defensor Público de Segunda Categoria / Questão 162

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

Acerca da legislação e do entendimento doutrinário dominante relativos ao crime organizado e à proteção das vítimas e testemunhas de crimes, julgue os itens que se seguem. No Brasil, as medidas de proteção às vítimas e às testemunhas estão consagradas na Lei n.º 9.807/1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Tais normas não se estendem aos co-réus colaboradores, os quais, sendo também considerados integrantes da associação criminosa, têm em seu benefício apenas a atenuante da pena em relação à delação.

- C)** Certo
- E)** Errado

Gabarito

- 1) C
- 2) E